

Vozes de militâncias: movimento estudantil em João Pessoa (PB) (1968/1979)¹

*Voices of militancy: the student movement
in João Pessoa, Brazil (1968/1979)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v11i122.51933>

Telma Dias Fernandes

Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0002-5318-2667>

telmadiasfernandes@gmail.com

¹ Este artigo tomou como fonte os volumes I e II de: 1968: O ano que ficou, memórias afetivas. ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. Vol. I. João Pessoa: Mídia Gráfica editora, 2017; ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. Vol. II. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. O recorte temporal remete à predominância temporal das pessoas entrevistadas. O mote, como está exposto neste texto, foi a movimentação estudantil e cultural centrada em 1968. Entretanto, as pessoas que nos concederam entrevistas e que nos enviaram textos circularam em suas memórias por momentos anteriores e posteriores ao marco temporal sugerido, sobretudo os posteriores; do que deriva a ampliação do recorte temporal.

Resumo

Este artigo analisa narrativas (entrevistas e relatos de próprio punho) de militantes estudantis que atuaram na cidade de João Pessoa (PB) no período entre 1968 e a década de 1970, tempo de maior experiência autoritária da ditadura militar brasileira, sobretudo a partir de 1969, após o AI-5 de 13 de dezembro de 1968. Busca refletir sobre a vivência de jovens que vislumbravam a liberdade e que se depararam com a censura, as interdições e as torturas infligidas pelo sistema ditatorial. O foco maior das entrevistas e desta proposta de análise está posto no ano de 1968, entretanto, o recorte temporal foi ampliado em decorrência das abordagens nos relatos de memórias. Fui convidada por um militante daquela época para desenvolver o trabalho, e as entrevistas que fizemos, bem como as narrativas que nos enviaram, foram publicadas em dois volumes. As pessoas que nos concederam seus relatos não se ativeram ao ano de 1968, adentrando a década de 1970. O campo das referências teórico-metodológicas está constituído por questões relevantes para a história oral, para a questão dos traumas e as historiográficas, estas últimas referentes ao regime militar brasileiro a partir da produção historiográfica que trata dos movimentos no estado da Paraíba.

Palavras-chave

Relatos de memórias; militância estudantil; João Pessoa(PB); ditadura militar brasileira

Abstract

This article analyzes narratives (interviews and handwritten reports) of student activists who operated in the city of João Pessoa, Brazil, between 1968 and the 1970s, when the Brazilian military dictatorship was at its most extreme, especially from 1969 onwards, after the AI-5 of December 13, 1968. It seeks to reflect on the experiences of young people who had glimpses of freedom and who came up against censorship, prohibitions and tortures inflicted by the dictatorial system. The main focus of the interviews and this proposed analysis is on the year 1968, but the time frame has been broadened as a result of the approaches in the memoirs. I was invited by a militant from that period to develop the work, and the interviews we conducted, as well as the narratives they sent us, were published in two volumes. The people who gave us their accounts did not stick to 1968, but went into the 1970s. The field of theoretical and methodological references is made up of issues relevant to oral history, the subject of trauma and historiography, the latter referring to the Brazilian military regime from the historiographical output that deals with the movements in the state of Paraíba, Brazil.

Keywords

Memoirs; Student militancy; City of João Pessoa, Brazil; Brazilian military dictatorship

Introdução

Neste artigo, analiso relatos de jovens militantes, com recorte espacial na cidade de João Pessoa (PB), entre 1968 e, parcialmente, a década de 1970. Minhas fontes são relatos resultantes de entrevistas e alguns escritos de próprio punho, publicados em dois volumes².

Considero pertinente uma explicação quanto à escolha metodológica para o desenvolvimento deste artigo. Privilegiei os livros acima mencionados como minha fonte e não as entrevistas no suporte gravado. Entretanto, como as entrevistas foram feitas por mim em parceria com o militante que me convidou, faço, preliminarmente, breves considerações sobre o processo de entrevistas.

O início da jornada foi um desafio por registros de memórias. Fui convidada por um dos militantes estudantis da época para reunir em livro entrevistas com aquelas(les) que com ele conviveram e militaram. Aceito o convite, preocupe-me em imprimir ao trabalho a perspectiva metodológica da prática da história oral. A opção de abordagem da entrevista foi a de deixar as pessoas livres e a elas oferecermos apenas um ponto de partida: suas memórias do tempo de militância estudantil. Durante as entrevistas, nossas intervenções foram no sentido de realçar o mote proposto, o que, obviamente, não se aplicaram aos textos de próprio punho que nos foram enviados. Todavia, para efeito desta análise, considere os aspectos condizentes com os perfis das entrevistas.

Esta escolha, embora não seja a mais usual no que concerne à metodologia da história oral³, pareceu-me a mais coerente, considerando que as pessoas que entrevistamos explicitaram o desejo de contar suas histórias, relatar suas experiências e tê-las publicadas em conjunto, em formato de livros, mesmo que algumas já tivessem publicado escritos próprios. Havia uma urgência em contar como aquele vivido nos tempos de militância estudantil imprimira contornos em seus olhares sobre o mundo e sobre o Outro.

O processo de passar da linguagem oral para a escrita ocorreu em quatro etapas. A primeira, uma transcrição do suporte oral para o escrito. Em seguida, a transcrição inicial foi submetida a uma nova escuta e comparada

2 Discriminados como fonte nas referências bibliográficas e citados na nota 1.

3 A forma, a escolha metodológica de condução de entrevistas suscita profícuos debates, sendo mais recorrente questões semiabertas.

com o texto escrito⁴. A terceira etapa consistiu em validação por quem forneceu a entrevista. Finalizamos o processo, considerando as observações feitas pelas pessoas entrevistadas.

Na prática da história oral, aquelas entrevistas que têm como método deixar as pessoas livres, sem que lhes sejam entregues perguntas fechadas ou semia-bertas, são as mais difíceis de controlar quando seguidas da proposta de submetê-las à análise. Entretanto, considero que o desafio das fontes históricas está em todas as suas variantes, e quaisquer que sejam nossas fontes, devem ser problematizadas. É preciso pensar como se constituíram. Lembrando Verena Alberti:

*O mesmo se passa com uma entrevista de história oral e com qualquer fonte histórica: não basta considerar o enunciado; é preciso refletir sobre as condições de enunciação. Sabemos que as entrevistas de história oral fazem parte das fontes do historiador, mas com a condição de que ele reflita sobre a construção de suas fontes.*⁵

Foram feitas 24 entrevistas entre os anos de 2016 e 2018. Além das entrevistas, algumas(alguns) entre as(os) militantes preferiram enviar textos (15) por escrito, totalizando 39 relatos de memórias. Ressalto que, ao indicar as entrevistas e os escritos de próprio punho como fonte para análise histórica, estou ciente da diversidade que as permeiam. Os relatos de próprio punho, embora guardem similaridades com a prática da história oral – ambos podem ser integrados no escopo de histórias de si –, são relatos específicos.

As histórias de si, quaisquer que sejam os formatos, atraem leitores, despertam interesse no público e no campo acadêmico. Do início do nosso século, o livro organizado por Ângela de Castro Gomes nos convida a mergulhar em alguns trabalhos voltados para a questão.

No que se refere à memória (com desdobramento parra a história), passou a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual “comum”, e não apenas grupo social/nacional ou de “grande” homem (político, militar religioso). Os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singula-

4 Como já colocado, fizemos o trabalho em dupla. A transcrição inicial foi feita por uma(um) e revista pela(o) outra(o).

5 ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. História Oral, Niterói, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2012. p. 162.

*ridade de cada um. Uma singularidade que se traduz pela multiplicidade e fragmentação do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo [...].*⁶

No relato de próprio punho não há a conexão entre quem entrevista e quem é entrevistado, mesmo que orientados pelo mesmo foco. Valendo-me de Dora Schwarzstein⁷, recordo que “El papel jugado por el entrevistador es preponderante. Su sola presencia impregna y afecta el discurso del narrador y lo convierte en parte inseparable de la fuente creada por ambos”.⁸

Ponto que se trata de um artigo cuja fonte não é mais a história oral⁹. Como nos diz Portelli¹⁰: “Fontes orais são fontes *orais*. [...] A transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações”. Na prática da história oral, a narrativa tem dupla face: a do ofício historiador e aquela produzida por quem constrói relatos de memórias, entrelaçando os diversos fios das reminiscências. Cada momento da experiência vivida que assoma ao recordado é um construto da memória e é a problematização dessas memórias que permite a elaboração de uma narrativa historiográfica.

Diversas, história, historiografia e memória estão necessária e fundamentalmente interligadas. Em suas especificidades, se evocam e se reconhecem. No livro *História, memória, literatura*, o historiador Seligmann-Silva, nos diz:¹¹

[...] A historiografia corrige o elemento unilateral da memória – que é, a um só tempo, individual e irreduzível aos conceitos e generalizações e faz parte da memória individual e coletiva –, assim como a memória

6 GOMS, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In GOMS, Ângela de Castro (org.). Escrita de si escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 7-24. p.12-13.

7 SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. História Oral, Niterói, v. 4, p. 73-83, 2001. p. 74.

8 Tradução livre: “O papel desempenhado pelo entrevistador é fundamental. Basta sua presença para impregnar e afetar o discurso do narrador e transformá-lo em parte indissociável da fonte criada por ambos”.

9 Faz-se necessária uma explicação quanto às questões que levanto neste artigo sobre a prática da história oral. A fonte utilizada, como já exposto, são os dois volumes publicados. Entretanto, a mim me parece importante discutir como o livro foi produzido, a partir de quais procedimentos e, sobretudo, como foram feitas as entrevistas e quais os parâmetros dos textos de próprio punho daquelas pessoas que forneceram suas impressões sobre o período e as atividades estudantis, como observei no início desta introdução.

10 PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 10 jul. 2023. p. 26-27, (grifo do autor).

11 SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, memória, literatura. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, 7-44. p. 16. (grifo do autor).

refreia a arrogância do discurso historiográfico, com a sua pretensão de “dar conta” de todo o “passado”. Apenas para a historiografia vale o particípio “passado”; para a memória, o “passado” é ativo e justamente “não passa”.

Há algumas décadas da militância, nossos relatos estão permeados pela experiência de vida de mais de meio século. Espaço e temporalidade são os elementos fundamentais de construtos da memória, que se faz de lembranças e esquecimentos. Os relatos de que me aproprio resultaram, predominantemente, dessa relação, dessa interação entre entrevistadora(or) e entrevistadas(entrevistados). Inspirada por essas narrativas, proponho percorrer fragmentos desses caminhos.¹²

Conversando com os relatos: perfis das(os) militantes, de como se iniciaram e os eixos predominantes em suas narrativas

Seligmann-Silva¹³, no livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, empreende prolicuvas análises, entre as quais destaco aquelas sobre memórias traumáticas e suas possibilidades na relação com a história, iluminando caminhos quando lidarmos com experiências da dor, da tortura e das humilhações. Baseando-se em estudos freudianos, chama atenção para o que Freud chamou de “memória demais”, salientando que “A questão justamente é como lidar com essas inscrições do trauma, como inscrevê-las, como elaborá-las”¹⁴. Do mesmo autor, na introdução do livro *História, memória e literatura*, um trecho chamou-me a atenção: “[...] Não existe discurso que esgote a dor [...], não existem palavras que recubram a ‘experiência’ [...]”¹⁵. É necessário nos ocuparmos, sempre que nos for possível, do debate sobre a experiência da dor, tortura e humilhação que os regimes de exceção impingem às pessoas que lhes são contrárias. Ainda que as palavras não atinjam a suficiência, se fazem imprescindíveis.

¹² Não cito aqui trechos de todos os 39 relatos, o que seria inviável para um artigo. Cotejei aqueles que considerei mais adequados a esta proposta de análise. Tenho outro artigo, em fase de finalização, enfocando os relatos de quem atuou na área cultural, artistas que estão entre as pessoas entrevistadas.

¹³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

¹⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. op.cit., p. 12.

¹⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. op. cit., p. 15.

Os traumas se inscrevem nos corpos de quem esteve sobre a mira de governos totalitários, vítimas das práticas de violência, sejam violências físicas ou abusos psicológicos. Um e outros são eivados de humilhações. Quebram-se os corpos e destroem a dignidade humana. “Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido e massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?”¹⁶. Continuando a pensar com Mbembe¹⁷, consideramos que a necropolítica, que significa subjugar “[...] a vida ao poder da morte”, define a prática política dos governos ditatoriais. No caso desta nossa história, os jovens estavam sob um estado de exceção, em uma era em que a juventude reivindicava liberdades nos mais diversos campos. “[...] Liberdade de tudo: liberdade de corpo, liberdade de pensamento, liberdade de ação, liberdade de vida; enfim [...]. E aqui [...] o Brasil sob uma ditadura, sob repressão [...]”¹⁸.

Giorgio Agamben, no livro *Stato di Eccezione*, discute exaustivamente sobre o conceito de estado de exceção e os usos e abusos que foram e são feitos do referido conceito e nos permite pensar aspectos que se aplicam aos regimes autoritários/ditatoriais como os que experimentamos no Brasil e que, no presente caso, se reporta à ditadura militar brasileira, a partir do Golpe Militar de 1964.

*[...] Il totalitarismo moderno può essere definito, in questo senso, come l'instaurazione, attraverso lo stato di eccezione, di una guerra civile legale, che permette l'eliminazione fisica non solo degli avversari politici, ma di intere categorie di cittadini che per qualche ragione risultino non integrabili nel sistema politico. Da allora, la creazione volontaria di uno stato di emergenza permanente (anche se eventualmente non dichiarato in sensi tecnico) è divenuta una delle pratiche essenziali degli Stati contemporanei, anche di quelli cosiddetti democratici.*¹⁹

16 MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. p.6-7. (Ensaio publicado pela primeira vez no Brasil pela revista Artes & Ensaio do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ).

17 MBEMBE, Achille. Necropolítica. op. cit., p. 71.

18 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. Vol. II. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p.132-133.

19 AGAMBEN, Giorgio. *Stato di eccezione*. Homo Sacer II, 1. Torino: IT, Bollati Boringhieri editore, 2014. p.11.

Tradução livre: “O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de quaisquer cidadãos que, por alguma razão, não estejam integrados ao sistema. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que não,

Ao procurarmos as pessoas e propormos as entrevistas nos deparamos, como mencionei na introdução, com a necessidade de fala, de registro de memórias, do desejo de narrar, sobretudo de narrar para os jovens de hoje. “Eu estou fazendo essas revelações [...] porque acho que podemos voltar a ter momentos como estes”²⁰. Outro militante expressa seu desconforto ao ouvir na coetaneidade jovens afirmarem que seria bom viver em uma ditadura. “[...] naquela época, os militares mandavam e desmandavam. [...] Você não sabe o que é uma ditadura. Se você soubesse, não diria semelhante tolice [...]”²¹

Necessidade, também, de dizer ao presente, que as lutas daquele momento não significaram um despropósito, arroubo juvenil irresponsável. Algumas reivindicações apontam para aspectos que ressoaram/ressoam até bastante tempo depois do próprio período ditatorial e muito do que foi verticalizado, aprofundado pela ditadura, já acontecia bem antes. A exemplo das torturas nas delegacias de polícia e nos presídios, da precariedade na educação e da violência contra as mulheres. Um dos militantes nos disse:

*[...] quando eu falo na luta do Liceu, quero lembrar algumas bandeiras dessa luta, como a denúncia da campanha imperialista de esterilização das mulheres brasileiras, pelo uso do DIU – Dispositivo Intra Uterino – também contra a privatização das Universidades e em defesa da OLAS [Organização Latino-Americana de Solidariedade], explicando o que era a OLAS [...].*²²

O desejo de falar para o presente, sobretudo para os jovens de hoje sobre o que foi a experiência dos jovens daqueles tempos, é uma presença marcante nos relatos, mas consiste, também, em uma necessidade de denunciar, de cobrar institucionalmente e, ainda, de dividir entre elas(eles) o que cada uma(um) sentia ao recordar. O que me faz lembrar Verena Alberti:

eventualmente, declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

²⁰ ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. Vol. I. João Pessoa: Mídia Gráfica editora, 2017. p. 110. Todas as citações das pessoas entrevistadas serão identificadas pelo volume e página em que se encontram nos livros. Esta escolha permite diferenciar essas citações das referências a autoras(es) citadas(os) ao longo do artigo e a localização das entrevistas nos livros publicados.

²¹ ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit. V II, p. 97.

²² ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 119-120.

E nossos entrevistados? Para quem falam? Para nós, os entrevistadores, certamente – e por isso é tão importante, para a análise da entrevista, saber quem é o entrevistador e como ele se apresentou, para entendermos a relação de entrevista que ali se estabeleceu e, por extensão, entendermos (ou procurarmos entender) por que o entrevistado disse o que disse. O entrevistado também fala para nossas instituições, depositárias das entrevistas e, muitas vezes, vistas como depositárias da própria “História”. Dependendo da instituição, ela acaba sendo até mais importante do que o próprio entrevistador. Em alguns casos, o entrevistado também fala para a comunidade acadêmica, para aqueles que vão escrever a história daquele acontecimento ou período. E, finalmente, ele fala para os pares – tanto os que participaram do mesmo movimento ou ação como os opositores. O conhecimento histórico é condicionado pelas fontes que temos – ou melhor, pelas perguntas que fazemos às fontes que temos. Não há outra forma de nos aproximarmos do passado.²³

Algumas pessoas entrevistadas deram depoimento à Comissão Estadual da Verdade. Entre elas, há quem tenha participado dessas comissões em mais de um Estado. Entretanto, muitas(os) das(os) militantes estudantis não foram ouvidas(os). As Comissões da Verdade propunham ouvir quem foi alvo de prisões e torturas. A experiência de quem participou, mas escapou das malhas autoritárias, precisava encontrar um canal de expressão. Essa foi a posição do militante que me fez o convite de trabalho e foi ouvido pela Comissão, assim como de outros que entrevistamos e que, também, foram chamados pela Comissão Estadual da Verdade.

Retomando Seligmann-Silva²⁴, quanto às pretensões de compartilhamento de memórias:

Não podemos perder de vista que memória e esquecimento têm tudo a ver também com a construção da autoimagem de grupos, culturas e nações. A memória é composta de múltiplas camadas que se interconectam: existe um aspecto dela que é cumulativo (que armazena fatos), mas ela também responsável por cimentar os grupos. A memória nos vincula. Ao compartilhar memórias, construímos um bem comum que nos une.

23 ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2012. p. 163.

24 SELIGMANN-SILVA, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. op. cit., p. 16.

Os relatos de memória se deixam impregnar por uma presentificação. Não lidamos, obviamente, com o que aconteceu, mas com a maneira que o acontecido reverbera na arte de viver. Como nos diz Walter Benjamin: “[...] articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo [...]”²⁵. Algumas(alguns) militantes se empenharam em salientar o caráter lúdico das suas experiências, principalmente antes da promulgação do AI-5. Digamos, algo como salientar “o lado bom e bonito de um momento político duro”. Tal perspectiva está muito presente no militante que me fez o convite e durante as entrevistas, em vários momentos, ele colocava tal perspectiva para as(os) nossas(os) interlocutoras(es), embora sua observação não tenha surtido efeito sobre as pessoas entrevistadas. Tanto as pessoas que concederam entrevistas como as que escreveram seus textos pareceram ter muito bem delimitado o que desejavam narrar – realçar ou obscurecer. Aquelas que salientaram esse “lado bom e lúdico” apontaram para a necessidade de sobreviver, de superar os traumas que um sistema ditatorial faz impregnar na pele dos seus alvos. Nesse sentido, trago uma situação curiosa. Por ocasião de um interrogatório, um militante “[...] foi forçado a engolir uma ‘piola’ acesa de cigarro que estava a fumar e nós denunciemos isto no auditório repleto de estudantes no Liceu Paraibano”.²⁶ Ele não recorda, por mais que o amigo lhe conte detalhes, ele afirma não lembrar que engoliu o cigarro aceso. Lembra o momento da denúncia, mas não da tortura a que foi submetido.

As presentificações, entretanto, também são indícios da complexidade da experiência vivida. “Quem rememora tece uma relação afetiva com o passado com tendência a mitificá-lo”.²⁷ O que me faz recorrer, também, a Schwarzs-tein.²⁸

Los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuados de hechos del pasado. Por el contrario, se trata de productos culturales complejo. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memórias privadas, individuales y públicas, entre

25 BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 224.

26 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 115-116.

27 GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. História Oral, Niterói, v. 4, p. 25-38, 2001. p. 28.

28 SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. op. cit., p.73.

*experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. Em otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influidos por discursos y prácticas y pertenecen a la esfera de la subjetividad.*²⁹

Essa tendência à mitificação do passado aparece em algumas das pessoas entrevistadas. Embora, no conjunto, todas(os) tenham mencionado os bons momentos, foi notável que a maioria operava uma inequívoca separação entre os momentos de alegria e descontração com aqueles de perigo, medo, repressão e torturas.

As décadas de 1960 e 1970 estão marcadas pela necessidade, pela urgência de inventar outras relações de sociabilidades, diversas daquelas herdadas das gerações anteriores. Algo que não cabe nos espaços permitidos, que precisa alçar voos, desterritorializar-se e criar outros territórios; não inteiramente inéditos, mas, com certeza, diversos dos que lhes estavam até então destinados. Tempo dos jovens, isso sim inédito. Se não de todos os jovens, mas sim de uma expressiva parcela deles. Tempo daqueles que, ao herdarem das gerações anteriores certezas, transmudaram, em suas experiências de vida, as certezas em dúvidas irreconciliáveis com o normativo. Gritos juvenis quase sempre associados ao desejo de liberdade.

*[...] Era o jovem participando. Era o jovem não conformado com o que acontecia. Ou seja, o jovem era o depósito de tudo que devia continuar como antes [...]. Mas foram os jovens que se sacrificaram na Segunda Guerra Mundial. Foram os jovens que sustentaram na Alemanha o desatino dos nazistas. [...] E 68 termina com o 13 de dezembro [...], um pretexto para acabar com a conscientização que acontecia com os movimentos sociais; e que os jovens eram os agentes claros, evidentes, participantes*³⁰.

29 Tradução livre: “Os testemunhos orais não são um simples registro, um pouco mais ou menos adequados aos acontecimentos do passado. Pelo contrário, trata-se de produtos culturais complexos. Incluem interrelações cujos significados não são de fácil compreensão e que envolvem memórias privadas, individuais e públicas entre experiências passadas, situações do presente e representações culturais do passado e do presente. Em outras palavras, os testemunhos da história oral estão profundamente influenciados por discursos e práticas e pertencem à esfera das subjetividades”.

30 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 235.

1968 é um ano emblemático, plural, e ainda reverbera em nossa coetaneidade. “O movimento tinha um caráter universal. Do seu tempo. Era uma revolta em todos os lugares [...]. A juventude do mundo inteiro estava insatisfeita com a sua condição existencial [...]”³¹. Ou ainda: “68 foi um ano belíssimo, onde o mundo se rebelava contra o autoritarismo. [...], inclusive o autoritarismo dos pais. Jovens saíam de casa para viver uma vida livre, como hippies, fumando maconha e tomando LSD. No mundo todo, 1968 foi um ano de revolta”³².

Tão importante quanto lutar pelas liberdades políticas, era expandir-se, ampliar horizontes.

*Mas, a questão não se resumiu a um projeto de governo, embora fosse fundamental. Estávamos também lutando por uma nova existência, como expressão de nossa individualidade. Nós apostávamos nas artes, na música. Na música de Chico Buarque ou de Noel Rosa, por exemplo. Na poesia de João Cabral [...]. Nos festivais da Record ou no teatro de protesto. Era uma revolução cultural o que estávamos promovendo, embora poucos compreendessem a dimensão ampla do que estava acontecendo. Não era só uma questão de cidadania, mas, igualmente, de individualidade. Isso era tão importante quanto a luta para derrubar a ditadura.*³³

Arte e lazer, muitas vezes ou para alguns entre eles, amalgamava-se com a política, com a militância. “[...] nós criamos o Cineclubes Linduarte Noronha, que se tornou uma referência. [...]. Íamos a Recife buscar filmes de arte, e, também [...] O Cineclubes tinha a função que tem a rede no mar”³⁴, ou seja, conquistar militantes para as causas estudantis.

Certamente, não podemos considerar 1968 e suas ebulições como algo homogêneo, pelo contrário, é importante para a experiência histórica e a produção

³¹ ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 100.

³² ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 121.

³³ ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 102.

³⁴ ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 109.

historiográfica sublinhar a alteridade. Entretanto, também é certo que se esteve diante de uma predominância da participação dos jovens em escala mundial, envolvidos nos mais diversos perfis dessas lutas. No auge do conflito mundial, capitaneado pela Guerra Fria, pós-Segunda Guerra Mundial, toda a miséria produzida pela humanidade, nos mais diversos aspectos das relações de sociabilidade, apontava para o fim das certezas e da credibilidade na razão e no modelo de ciência predominante no século XIX e herdado pelo século XX. No horizonte de expectativas³⁵ dos jovens assomava a possibilidade de restaurar os princípios da razão. Para tanto, se fazia necessário recuperar os caminhos da liberdade e construir os caminhos da igualdade, mas sem elidir os afetos. Eis os traços mais aguçados na cartografia de jovens sujeitas(os) dessa experiência histórica traduzidos pelas suas narrativas de memórias.

Esta história que sigo contando se passou na cidade de João Pessoa (PB). Uma história baseada em relatos de memórias, de narrativas que buscam interpretar para si e para o coletivo um passado próximo. Entre os relatos, muitos se confirmam e são a maioria. Alguns, entretanto, apontam para contradições e(ou) esquecimentos. Ao tempo em que fluem os fios da memória, se exercita uma compreensão do presente e se projeta expectativas de futuro.

A idade das pessoas, quando do período de militância, que nos forneceram relatos, variavam entre 15 e 19 anos. Alguns militantes estudantis, contudo, contavam, em 1968, menos de 15 anos de idade. “[...] 13 anos, ainda brincava de boneca; tinha casinha arrumadinha num canto da sala. E aí eu passei a brincar escondido, né?, pra ninguém ver mais.”³⁶ Continuando, relembra um militante mais velho e um dos líderes reclamando “e eu fiquei com raiva dele, é claro. Ele chamou a gente de “jardim da infância”.”³⁷

Eram pouco mais que crianças. A morte do estudante Edson Luiz foi um estopim: “[...] O que é que eu fiz? Não tinha nenhuma ligação partidária, foi a revolta de um menino: fui ao Liceu Central à noite, pedi licença para entrar na sala de aula, e comecei a contar que o governo militar assassinou um estudante [...] eu conclamava todos eles a saírem das aulas, interromperem e

35 Para pensar a relação e refletir sobre os conceitos de experiência e expectativa, ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos modernos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. São Paulo: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. .

36 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 82.

37 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 85.

decretarem greve, greve geral [...]”.³⁸ Assim considerado por muitos que nos relataram suas memórias, como nesses exemplos.

[...] então acontece o episódio da Candelária, no Rio de Janeiro, o assassinato do estudante Edson Luiz no restaurante Calabouço, no fim de março de 1968. Aí o movimento radicaliza e nós temos uma atuação muito destacada. Aqui em João pessoa, o Liceu e o Colégio Estadual do Roger puxavam o movimento estudantil. A partir daí, a luta foi cada vez mais intensa, e também nossa participação. Fazíamos parte daquilo que se chamava ‘lideranças intermediárias’; tinha a linha de frente e, em seguida a gente. Então fomos participar do Congresso da UPES (União Pessoaense dos estudantes secundaristas), um congresso clandestino.³⁹

Enfrentaram, como tantos outros no Brasil e em grande parte do mundo, os autoritarismos e suas interdições. Fizeram passeatas e comícios. Ocuparam pontos significativos da cidade. Eram crianças e adolescentes enfrentando a repressão de Estado. Um episódio marcante e que surge em vários relatos foi um que aconteceu na FAFI (era A Faculdade de Filosofia, que ficava vizinha ao Liceu).

Nesse episódio marcante, uma das coisas que mais me impressionou foi a coragem de Everardo [...] nós estávamos lá, chegou a camionete da PF, com vários agentes, Emílio Romano ficou à distância, enquanto os agentes, com metralhadoras, botavam a gente pra fora. Eles vasculharam tudo, fecharam as portas da FAFI. Lá fora, na frente dos agentes, vejo Everardo [...] subir em uma bancada de cimento e, olhando para Emílio Romano, fazer um discurso desafiador: “Eu sei quem você é, você é torturador, você teve atuação em episódios tais, tais, tais” [...] Emílio Romano estava pálido, o rosto constricto, fumando, segurando o cigarro no aperto da mão, observando atentamente, olhando fixamente para Everardo. Mas não fez nada. Talvez tenha feito depois [...]”⁴⁰

38 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 28.

39 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 71.

40 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 52-53. Emílio Romano é citado, recorrentemente, na historiografia brasileira como homem de confiança de Filinto Müller, com destaque na Ditadura Militar e atuante desde a Ditadura de Getúlio Vargas.

Quando entrevistado, o militante que havia enfrentado Emílio Romano mencionou o ocorrido, concluindo: “As minhas pernas tremiam. E eu me lembro que os colegas que estavam junto a mim seguravam minhas pernas”.⁴¹

Dos relatos surgem paisagens de um passado ainda recente, mas do qual pouco resta. As casas no centro da cidade, nas quais a maioria habitava, muitas foram demolidas, outras estão abandonadas ou são agora estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Além de terem em comum o espaço de habitação, também se encontravam nas escolas. A maioria estudou em escolas públicas, com destaque para o Colégio Estadual do Roger e para o Liceu Paraibano. Este último, desde o século XIX, a escola mais procurada e, embora pública, poucas(os) eram as(os) estudantes oriundas(os) das classes mais pobres. Diferente do momento atual, era, da sua fundação até aquela época, basicamente, uma escola dos filhos e filhas da elite e da classe média. Essa era a situação de quase todas(todos) que concederam seus relatos, pertenciam a núcleos sociais com posição de destaque na sociabilidade local.

A importância do Liceu Paraibano vem de longa data e não difere muito de outras escolas de referência no ensino público pelo país⁴². Trata-se de uma escola pública fundada na primeira metade do século XIX, no ano de 1836; em 1936 foi construída a sede atual, inaugurada em 1937, pelo então governador, Argemiro de Figueiredo. Pelo Liceu passaram expoentes das letras e da política, a exemplo de Augusto dos Anjos, José Américo de Almeida, Celso Furtado e João Pessoa⁴³. Todas(os) o têm como referência. Nos tempos coetâneos não abriga mais os oriundos de famílias abastadas e/ou de projeção social, continua, entretanto, a ser uma referência, principalmente agregando uma simbologia política. Muitos dos movimentos políticos são marcados para acontecerem ou se iniciarem “em frente ao Liceu”.

Do Estadual do Roger e do Liceu Paraibano saíram os líderes do movimento estudantil. Para alguns, em João Pessoa, a liderança coube aos secundaristas; outros percebem nos universitários o núcleo mais forte da experiência de resistência ao governo autoritário, instalado com o golpe de 1964.

41 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 239.

42 Refiro-me às escolas públicas, a exemplo do Ginásio Pernambucano, em Recife; do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, entre outros.

43 ANDERSON, John; FELIX, Tatiane. História do Liceu Paraibano. Biblioteca Virtual, [s. l.], 16 ago. 2012. Disponível em: <https://virtuabiblioteca.blogspot.com/2012/08/historia-do-lyceu-paraibano.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

De modo geral, em 1968, pelo Brasil afora, nas cidades onde o movimento estudantil ocupou as ruas e confrontou o regime, esse confronto foi comandado pelos universitários. Em João Pessoa foi diferente, o impulso maior para a rebelião veio dos secundaristas; principalmente dos estudantes do Liceu.⁴⁴

Se muito da movimentação, das ações estudantis estiveram sob o comando dos secundaristas, para alguns, no que se refere às passeatas, a liderança e a organização estiveram sob a iniciativa dos universitários. “Recordo também as passeatas [...] aí [...], discordo de você, pelo que me lembro entravam mais os universitários na organização das passeatas”⁴⁵. Entretanto, parece constituir consenso que estudantes foram o marco maior de resistência ao autoritarismo do regime ditatorial militar na Paraíba, a exemplo do que nos conta o pesquisador e coordenador da Secção Estadual da Paraíba da Comissão da Verdade.

Na Paraíba, no período que antecedeu o AI5, em 1968, apenas os estudantes fizeram uma oposição mais acentuada ao regime militar, principalmente após o assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro. Com o pretexto de protestar contra a morte do referido estudante, passeatas e greves foram realizadas em João Pessoa [...] e Campina Grande [...] e foram duramente reprimidas pelo governo de João Agripino.⁴⁶

Logo após o golpe, alguns setores, grupos e lideranças foram imediatamente atingidos pela repressão e pela censura. “Instituições como a API (Associação Paraibana de Imprensa) e CEPLAR (Centro de Educação Popular), foram invadidas, tiveram seus documentos destruídos e diversas lideranças foram presas”⁴⁷. Além de funcionários públicos, deputados e vereadores, prossegue

44 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 17.

45 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 51.

46 NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O ano de 1968 no Estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela “luta armada”- trajetórias, história e memória. In NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (org.). Utopia e repressão: 1968 no Brasil. Salvador: Saga Editora, 2016, 133-159. p. 136.

47 CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964-1986). In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Estrutura de poder na Paraíba. Vol. 4. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999. p. 111-137. p. 113.

Cotejei, para a elaboração deste artigo, o historiador Paulo Giovanni Antonino Nunes e a historiadora Monique Citadino, mas registro que contamos com outras(os) pesquisadoras(es) que trabalham com questões sobre o período ditatorial, focalizando a Paraíba, a exemplo de Waldir Porfírio da Silva

a autora, “O setor estudantil, seguimento dos mais combativos do estado foi duramente reprimido em seus vários níveis e suas diversas entidades associativas foram submetidas a um processo de expurgo e intervenção”⁴⁸. Celso Castro⁴⁹ as cita nominalmente: A UNE (União Nacional dos Estudantes), a JUC (Juventude Universitária Católica), e a AP (Ação Popular), entre outras. Ou como nos diz uma militante:

*1968 – Um ano marcante. O mundo em efervescência política. A Guerra Fria (EUA x URSS), guerra do Vietnã, a América Latina agitada com golpes militares, Cuba e China os dois expoentes revolucionários servindo de inspiração, rebelião da juventude na França. No Brasil, em plena ditadura militar, instalada desde 1964 de forma truculenta. Perseguições a políticos, professores, cientistas, artistas, escritores, estudantes. [...]. Cabe principalmente à juventude reagir contra o golpe. [...]. universitários e secundaristas se uniram e lutaram com bravura. [...]. A palavra medo não existia, apanhávamos hoje, amanhã estávamos na rua.*⁵⁰

Para a maioria, o início da militância aconteceu no Estadual do Roger, alguns no Liceu Paraibano e, em menor número, em escolas secundárias privadas e na universidade. Em muitos casos, quem se aproximava do movimento estudantil recebia orientações de leituras e livros emprestados. Agamenon Sarianho lembra que à época se cultivava entre eles a leitura e relembra:

[...] Eu estava dizendo que tinha acabado de ler o livro “Crimes de guerra do Vietnã” [...]. Aí, comecei uma conversa com Help, Antonio Soares, o nosso famoso Help. Saí de lá já com mais dois livros. [...] Aprendíamos a questionar, no meu caso, logo passei a ler – discutir –

(atuou junto à Comissão Estadual da Verdade) e da historiadora Lucia de Fátima Guerra Ferreira, entre outras(os). As pesquisadoras(es) são responsáveis por pesquisas próprias e orientaram/orientam monografias, iniciação científica e dissertações de mestrado. O que significa que contamos com substancial acervo na historiografia brasileira relacionado aos diversos aspectos concernentes à ditadura militar, com foco nas experiências observadas espacialmente na Paraíba.

48 CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964-1986). op. cit., p.113.

49 CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. Esquerda.net, Lisboa, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/o-golpe-de-1964-e-instauracao-do-regime-militar/31904>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

Do mesmo autor, destaque ainda o artigo: “As apreciações do SNI” (2002), presente na coletânea organizada por este autor e por Maria Celina D’Araújo, intitulado Dossiê Geisel e publicado pela editora da FGV, em 2002.

50 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 50.

*obras de economia política e filosofia, George Politzer era o início; e vinha Lênin, Marx [...] Mao, o livrinho vermelho de Mao Tsé Tung circulava demais [...] Mas não ficávamos nisso, a literatura, (começando pela “Mãe”, de Gorki), o cinema, o teatro [...].*⁵¹

As referências às leituras são recorrentes e surgem como ponto significativo para quase todas as narrativas. “[...] E usávamos também a literatura. Eu cheguei a ser apelidado de “biblioteca ambulante”, pois andava com a minha bolsa preta carregada de livros, e os repassava às pessoas que possivelmente podiam ser conquistadas para o movimento”⁵². Com um jeito maroto, ele vai contando que emprestava um livro e pela reação da pessoa quando lia, ele sabia se poderia ou não investir em mais uma/um militante.

Ao pensar sobre seus perfis e de como se iniciaram, traço algumas considerações sobre as narrativas no que concerne aos elementos comuns que as pontuam: as passeatas, os comícios, o impacto do Ato Institucional AI-5.

Passeatas e comícios

No centro da cidade, as passeatas eram constantes e quase sempre alvo de intensa repressão por parte da polícia e do exército. “Lembro muito das passeatas até o Ponto de Cem Réis⁵³, das brigas com a Polícia”.⁵⁴

Durante o período de manifestações, havia uma organização bem planejada. Por ocasião de uma eleição para compor a chapa dos representantes da UPES (União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas), “[...] Como se vivia um tempo de repressão, teve uma decisão interessante, que foi a eleição de 7 vice-

51 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 70.

52 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 109.

53 O Ponto de Cem Réis, cujo nome oficial é Praça Vidal de Negreiros, fica localizado no Centro da cidade de João Pessoa e é ainda hoje um ponto de encontro e onde acontecem alguns eventos políticos e de lazer.

54 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 75.

Quase sempre e até hoje as passeatas saíam do Liceu e seguiam/seguem até o Ponto de Cem Réis.

presidentes; que era para o caso de, alguém sendo preso, a UPES ter continuidade”⁵⁵. Outra preocupação se refere à segurança nas manifestações. As pessoas que se ocupavam da segurança não eram identificadas como pertencentes ativas dos movimentos. A segurança não deveria ser visada. “Podiam até ser reconhecidos, mas não eram ativos, no sentido da agitação; [...] não participavam de comícios, não falavam nos comícios [...] não iam em sala de aula fazer convocações.”⁵⁶

*Nós conseguimos formar um grupo que [...] nos dava apoio logístico. Quando nós começávamos a discursar, já tinha saídas de emergência, pois sabíamos que o DOPS estava infiltrado para nos prender. Muitas vezes a gente nem terminava o discurso, [...]. alguém da segurança identificava agentes do DOPS ou da PM do exército e nos avisava.*⁵⁷

Das ações durante os comícios, uma é lembrada por muitas(os), trata-se do carro incendiado. No Ponto de Cem Réis, atearam fogo em um carro, o que marcou o movimento. O acontecido teria mobilizado, inclusive, a população, principalmente as pessoas que circulavam pelo local e imediações no momento. Nunca ficou provado quem foi responsável pelo incêndio.

*Em uma certa tarde de 1968, ocorreu no Centro de João Pessoa, de lado do Paraíba Hotel Palace, uma robusta manifestação estudantil, engrossada por muitos populares, pois foi um momento em que a contestação à ditadura militar tinha já alargado suas bases, irradiando-se por variados setores. [...]. Manifestantes incendiaram um automóvel. Ao subir as labaredas, manifestantes e circunstantes abrem correria.*⁵⁸

Quando o carro explodiu quem estava por perto já havia se afastado às pressas e ninguém se feriu gravemente. A autoria foi dada, inicialmente, a um dos estudantes, mas ele estava no teto do carro fazendo discurso. “Não foi assim [...]; pelo simples motivo que, quando subiu a primeira chama, eu estava fazendo discurso em cima do dito automóvel. [...]. Não fora eu rápido

55 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 71.

56 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 95.

57 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 93.

58 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 27.

em pular para o chão e abrir carreira, meu cabelo revoltado e minha farda encardida teriam sido queimados”⁵⁹. Um outro militante, quando o entrevistamos, assumiu autoria do acontecido: “[...] Certa vez, recorde, numa concentração no centro da cidade tocamos fogo em um utilitário de chapa oficial, acho que uma Rural Willis, cujos estilhaços decorrentes da explosão que se seguiu atingiram-me a perna. Pudera! Eu fui um dos que tocou fogo”.⁶⁰

As passeatas e os atos públicos a elas associados, bem como as ações repressivas promovidas pelo estado e pelo exército são unanimidade nos relatos das(os) estudantes secundaristas e surgem ainda em alguns relatos de universitários. O episódio que envolve o restaurante universitário é um que está igualmente citado por quase todas(os) e com poucas variações narrativas, como exemplo:

*Me recorde que ocupamos o CÉU, Restaurante Universitário (também chamado Cassino da Lagoa). Isso em uma tarde. Passou um caminhão deu uns tiros e acertou um rapaz que caminhava pela Lagoa, transfixou a boca. O sujeito passou atirando a esmo: pá,pá,pá [...] ficamos no Cassino uns dois dias. Ficamos sitiados pela Polícia, até que veio uma ordem para desocupar e a Polícia baixou o cacete. Me lembro que estava tocando o Hino da Liberdade. [...] Estava tocando esse hino quando a Polícia entrou quebrando todo o mundo, e quebrou a radiola também.*⁶¹

Sobre uma das passeatas, dois relatos se complementam. Um nos diz:

*[...] Outra passeata. Chegamos quase em frente do Cine Plaza [...], a cabeça da passeata avançando. Vínhamos pela Visconde de Pelotas [...], na contra-mão [sic]. Aí ficamos de frente com o Exército, soldados do Exército, perfilados. Ouvimos uma ordem dada aos soldados, e os soldados se ajoelharam. E a outra ordem foi: trá, trá, trá, que é o destravador das armas. Imaginem. Havia um beco entre a passeata e os soldados a rua Arthur Aquiles [...]. Foi a nossa sorte, aquele beco foi a nossa salvação.*⁶²

59 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 27.

60 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 103.

61 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 53.

62 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 55.

E ao entrevistarmos um estudante, à época afastado dos colegas para servir ao exército, ele nos relatou:

[...] Inicialmente chamou a atenção que ao recebermos a munição, que sempre eram projeteis de festim, [...] [era] munição real. [...] Na época utilizávamos o FAL (Fuzil Automático Leve), que possuía a possibilidade de realizar disparos individuais ou em rajadas como se fosse metralhadora. [...] o Capitão da Companhia fez uma preleção informando e estimulando a situação de nacionalidade, heroísmo e a necessidade de defesa da Pátria. [...] [foram conduzidos até o Centro da cidade]. Começamos a estranhar realmente quando os caminhões pararam no centro de João Pessoa, na época conhecida como Ponto de Cem Réis. [...] [seguiram cumprindo ordens] até chegarmos na esquina onde funcionava antigamente o Cine Plaza. [...] Alguns momentos se passaram quando começou a surgir uma passeata. [...] Era uma passeata estudantil e eu era estudante, [...] ali tinha amigo meu, tinha irmão meu, [...] ‘Preparar! Apontar!’, eu tremia tanto que via a hora o capacete cair no chão de tanto eu tremer. [...] Seria terrível. Graças a Deus, tem aquela ruazinha ali ao lado do Plaza, rua estreita, que o pessoal quando chegou ali, ao invés de avançar em cima da gente, começaram [sic] a descer pela aquela ruazinha estreita [...].⁶³

A historiografia referente ao período da Ditadura Militar Brasileira, nas mais diversas abordagens, analisa o processo repressivo e aponta para o endurecimento do regime no final do ano de 1968, mesmo antes da promulgação do AI-5. É o que se faz sentir, também, nas narrativas da(os) nossa(os) entrevistadas(os). A intensificação do aparelho repressor atingiu todos os seguimentos da sociedade e provocou a desarticulação dos movimentos culturais e das militâncias estudantis, assim como intensificou a vertente da resistência armada. “Ainda em 68, depois do 7 de setembro há um certo refreamento do movimento, com a repressão atuando de forma mais dura. Lá no Roger, os líderes, [...] todos tiveram suas matrículas canceladas, já antes do AI5, [...]”.⁶⁴

No Liceu Paraibano, nos momentos logo anteriores ao final do ano de 1968, a diretoria atuava de forma mais aberta, permitindo aos estudantes uma relativa participação política dentro da escola. Cediam, inclusive, o auditório para que fizessem suas assembleias e outras atividades. O então presidente

63 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 161-163.

64 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 77.

do Grêmio estudantil, foi, pela segunda vez, chamado ao Grupamento de Engenharia⁶⁵, local para onde eram chamadas as pessoas visadas pela censura e onde deveriam prestar contas aos militares. Dessa feita, exigiram que fosse acompanhado pelo diretor.

[...] E o diretor foi nos acompanhando nessa pseudo entrevista com aquele bendito major. E nós fomos recebidos novamente com fuzis. Tinha três portas, era uma sala com três portas, e em cada porta um soldado apontando o fuzil para nós. No momento ele começou a falar, primeiro, com o diretor, detratou demais: que ele, o diretor, não tinha permissão de ceder o auditório para nós realizarmos assembleias, não podia isso, não podia aquilo, não podia nada. Depois de muito detratar o diretor, dispensou-o, e eu fiquei sozinho, cara a cara com ele, o major. [...]. Começou dizendo que eu era filho dessa, filho daquele outro, comprado pela Rússia, que eu recebia dinheiro da Rússia. E que tinha conhecimento – isso estava próximo da parada do 7 de setembro –, [...] de que eu tinha ido nas salas de aula convocando os alunos para levarem bolas de gude para o desfile, para jogar quando os cavalos passassem. Eu disse que não, [...], que eu tinha realmente ido nas salas, mas convocando os alunos para não marcharem [...]. ele deu um murro tão grande na mesinha que quebrou o vidro. [...] e avançou contra mim. [...] Achei que realmente iria ser preso. Mas ele voltou atrás. Acho que o diretor estava nas proximidades, ouviu os gritos que ele deu e o barulho de vidro quebrado, e entrou na sala.⁶⁶

Já não seria possível juntar estudantes nas dependências da escola, restava-lhes a rua ou as escadarias do Liceu. Às passeatas e aos comícios, associaram-se as movimentações visando a luta armada.

[...] o ano de 1968 foi de preparação para a luta armada. Fizemos, inclusive, expropriações. Faço questão de usar esta palavra, expropriação, porque era palavra oficial da nossa organização. Expropriamos, na cidade de Areia, um mimeógrafo Gestetner, que era o que havia de mais sofisticado em impressão. [...] abriu uma verdadeira revolução nas nossas ações de agitação e propaganda.⁶⁷

65 O Grupamento de Engenharia é uma unidade do exército em João Pessoa, onde ocorreram muitos dos interrogatórios e prisões. Lá atuava um major que foi citado em vários relatos, sempre apontado pela sua truculência.

66 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 85-86.

67 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 118.

Outras expropriações foram feitas, mas foram poucas e, quase sempre, não lograram êxito. O que se pode explicar, em grande parte, pelo pequeno número de militantes estudantis que aderiram e permaneceram atuando na militância, sobretudo na militância armada. Entretanto, ao relatarmos, imprimamos ao fracasso uma dose de humor, virou motivo de graça entre as(os) militantes. Um exemplo foi quando expropriaram cálices da Igreja Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa. Pensavam que era de ouro e poderiam desmanchar e vender para comprar armas, mas o ouro era falso.

Além do ouro falso, outra ação, arquitetada com esmero, não deu certo e foi motivo de risos durante algumas das entrevistas. Um dos estudantes viu um anúncio de concurso para a fábrica de cigarros e vislumbrou uma oportunidade de planejar um assalto para angariar fundos para a causa revolucionária. Sobre o episódio, ele nos conta que:

[...]. *Eu era do movimento estudantil, mas participava pouco, estava mais dedicado ao GTA, que era o Grupo Tático Armado, a gente treinava tiro [...]. a visão que a gente tinha era de participar da luta armada, mas com o movimento de massas. A gente achava que o Brasil ia entrar em grande convulsão social e nós seríamos os pontas-de-lança da luta armada. [...]. Eu trabalhava no jornal “A União”. Apareceu um anúncio lá: “Concurso para funcionário da Souza Cruz”. Um pouco de brincadeira, eu comecei a falar que podia fazer o concurso para fazer uma ação lá. Uma ação armada. Sei que me inscreveram no concurso. Gente que só a peste e só tinha uma vaga. Quem passou fui eu, coincidência. De noite eu trabalha n’A União, ajeitavam meu ponto lá para eu poder dormir. E de dia na Souza Cruz.*⁶⁸

A ação, prevista para um sábado, dia em que chegava mais dinheiro na fábrica, não aconteceu como planejado. O historiador Paulo Giovani Nunes⁶⁹ menciona o caso do assalto à Souza Cruz, no seu artigo, “As experiências da ‘luta armada’ na Paraíba”, no livro *Ditaduras, a desmesura do poder*:

O assalto à empresa Souza Cruz acabou sendo realizado pelo PCBR de Pernambuco, sem a participação dos paraibanos – que já estavam em

68 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 173.

69 NUNES, Paulo Giovani Antonino. As experiências da luta armada na Paraíba. In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOLA, Ana (org.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: Capes, 2015. p. 29-50. (Coleção Contrassensos). p. 41.

processo de rompimento com o partido para ingressar na ALN. Os pernambucanos, aproveitando o plano traçado pelos paraibanos, levaram o dinheiro, enquanto os paraibanos ficaram com o ônus da repressão, pois após o assalto – mas sem relação direta com ele – aconteceu a queda de um aparelho da organização na Avenida Olinda no bairro de Tambaú em João pessoa [...], quando vários integrantes do PCBR foram presos e outros tiveram de fugir e cair na clandestinidade.

Entre as expropriações, já no período de clandestinidade, quando militantes de Pernambuco e Paraíba atuaram em conjunto, destaca-se aquela referente às armas da Aeronáutica, no Recife.⁷⁰

E fomos para a expropriação de armas. Nosso chefe maior, Marighella, dizia: "Armas tem por aí. Precisa é de homens de coragem para ir buscá-las. Por isto invadimos o quartel da Polícia da Aeronáutica e levamos as armas guardadas no Corpo de Guarda, em Recife."⁷¹

[...]

Depois, eu já preso, aparece o Coronel Comandante desse Quartel, furioso, gritando comigo: "Você desmoralizou o meu Quartel! O meu Quartel não é um Quartel da Aeronáutica qualquer; é o Quartel de Polícia da Aeronáutica". Eu, calmo, respondi: "coronel, guerra é guerra; ganha quem tem informações".⁷²

Ainda no período de legalidade política, os chamados para depor e as prisões foram se amiidando. A repressão ia delineando seus métodos com mais vigor e rigor: intimidação, humilhação e terror. Aproximava-se do período que viria a ser o mais truculento da ditadura militar. Em dezembro de 1968, estudantes que seguiam para o congresso foram surpreendidos,

[...] Segui para Salvador em um ônibus onde já vinham alguns secundaristas delegados ao Congresso; pelo caminho, subiam outros. Não sei, não me lembro, se era ônibus de linha ou ônibus alugado pela UBES. Sei, e me lembro muito bem, que, já perto de Salvador, noite de 13 de dezembro, fomos apanhados de surpresa pelo anúncio da decretação do

70 No período da ditadura militar brasileira, a interação entre os estados da Paraíba e Pernambuco foi frequente, principalmente quando militantes atuaram na clandestinidade.

71 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 118.

72 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 120.

Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5. Descemos na rodoviária já em clima de guerra, e o Congresso foi realizado na clandestinidade, aos pedaços, ora em um local ora em outro, aquilo que se chamava de “aparelhos”.⁷³

Outros caminhos se abriam. Outras articulações pontuaram os horizontes de ações daquelas(es) jovens. Como salientei anteriormente, uma minoria lançou-se à luta armada e, dessa minoria, poucos permaneceram. Algumas(alguns) militantes se envolveram na militância armada no começo do período de clandestinidade, mas recuaram; ou por não acreditarem naquela solução ou por terem sido reprimidos e controlados pelas famílias. Outros foram presos.

[...] e foi pelo fim de 68 que começaram a se intensificar as ações de luta armada, promovidas pelas organizações revolucionárias, como a ALN, PCB, e VPR. [...] [Foi citada, ainda, a Corrente]. é a Corrente que marca o afastamento, dentro do PCB de Prestes, em relação às ordens de Moscou. [...] Recuando para os anos de preparação [...], até 1966 o PCB era preponderante na esquerda brasileira, com concorrência do Pcdob e dos trotskistas. Mas em 66-67 abre-se no PCB forte dissidência dos companheiros que queriam realmente lutar e não apenas seguir as ordens de Moscou.⁷⁴

No final de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Quando recrudesciu, a Ditadura Militar brasileira exacerbou a violência justificando-se a partir da verticalização do combate ao comunismo. Era preciso combater o inimigo interno. Inventou-se um inimigo como uma das formas usadas para explicar a “necessidade” de impor um estado de exceção. “[...] Lo stato di eccezione non è un diritto speciale (como il diritto di guerra), ma, in quanto sospensione dello stesso ordine giuridico, ne definisce la soglia o il concetto-limite”.⁷⁵ No discurso, dizia-se tratar de medidas extremas e temporárias e que garantiriam a liberdade. Nas palavras de Montoia:

73 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 43.

74 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 123.

75 AGAMBEN, Giorgio. Stato di eccezione. Homo Sacer II. op. cit., p.13.

Tradução livre: “O estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, o seu conceito-limite está definido pela suspensão da própria ordem jurídica”.

É preciso admitir que, ao longo dos séculos, o pensamento político tratou com severidade os regimes ditos despóticos ou tirânicos [...]. A literatura empenhou-se, contudo, em distinguir as tiranias consideradas injustas e execráveis daquelas outras formas “transitórias” e “extraordinárias” de governo autoritário [...]. São estas, justamente, as ditaduras credíveis desde o nascedouro romano por sua “excepcionalidade” transitória.⁷⁶

O espectro da Lei de Segurança Nacional assombrava à luz do dia. “[...] a partir da Doutrina de Segurança Nacional (que marca a Constituição de 1967) e da sua incorporação da teoria do ‘inimigo interno’, ocorreu uma utilização de todo o aparato de violência estatal para reprimir a oposição”.⁷⁷

O estado de exceção se inscreve no estado liberal. Quando argumenta sobre o conceito de brutalismo, o historiador camaronês, Achille Mbembe⁷⁸, nos diz:

Uma das maiores contradições da ordem liberal sempre foi a tensão entre liberdade e segurança. Essa questão parece ter sido decidida. A segurança agora supera a liberdade. [...]. Uma sociedade de segurança é uma sociedade dominada pela necessidade irreprimível de adesão a um conjunto de certezas. Ela teme o tipo de questionamento que se abre para o desconhecido e para o risco que, em contrapartida, precisa ser contido. [...]. O projeto da sociedade de segurança não é afirmar a liberdade, mas controlar e governar os modos de aparição.

Por modo de aparição, Mbembe afirma a necessidade de controle sobre quem é quem e como se movimenta e se expressa. Para as(os) militantes que entrevistamos, o movimento contestatório, nos moldes que lhes era possível, não conseguia enfrentar a ditadura militar depois da promulgação do AI-5.

Nós do movimento estudantil nunca pensamos que iríamos entrar para a clandestinidade, pegar em armas. Porém, as pessoas mais aguerridas

76 MONTOIA, Ana. Ditaduras: a expressão demoníaca do poder. In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (org.). Ditaduras: a desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: Capes, 2015. p. 317-349. (Coleção Contrassensos).p. 323.

77 SELIGMANN-SILVA, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. op. cit., p. 206.

78 MBEMBE, Achille. Brutalismo. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Editora, 2021. p. 83.

não queriam ficar estagnadas na luta pacifista. E surgiu no PCB a Corrente Revolucionária. Essa corrente foi expulsa do partido e se bifurcou em organizações fortes, o PCBR e a ALN. [...]. Eu continuei me dedicando ao projeto de luta armada e avançamos muito. O primeiro sequestro de uma personalidade diplomática deveria ter sido realizado por nós. Seria do cônsul alemão em Recife. O consulado fica em Casa Forte. Tudo estava encaminhado. A casa para onde iríamos levar o sequestrado já estava alugada. [...]. O motorista seria Alberto Magno. [...] O objetivo era trocar o Cônsul por presos políticos da Casa de Detenção do Recife (PE). Mas, nesse ínterim, Alberto foi preso em João Pessoa.⁷⁹

No início dos anos de 1970, alguns foram presos por três dias no 15º Regimento de Infantaria, sem “causa imediata aparente”⁸⁰. Naquela oportunidade, entre eles, encontrava-se na mesma cela um jornalista perseguido desde o golpe em 1964 e que, diante do espanto pela prisão sem justificativa, lhes dissera: “[...] que era coisa de rotina da repressão, para manter pressão sobre pessoas visadas”⁸¹. Entretanto, nessa prisão da qual foram liberados sem interrogatórios, algo se fez notável. “[...] no segundo ou terceiro dia de detenção, fomos levados a um auditório para servir de mostruário numa aula sobre subversão ministrada por um alto oficial do Exército [...]. O que esse oficial falou, não me lembro mais; mas lembro que seguidamente nos apontava com seu bastão de comando”.⁸²

A partir de 1969, adentrando a década de 1970, as prisões significaram torturas em suas piores versões. Um militante nos contou de quando foi baleado em um “aparelho”⁸³, na cidade de Olinda, em Pernambuco. “[...] me pegaram, botaram dentro de um carro e saíram batendo em mim, chutando, pisando [...]”⁸⁴. Foi levado para o Quartel de Polícia do Exército e lá um militar responsável disse que deveriam tê-lo matado e deixado com o outro militante. Levaram de volta para o apartamento que servia de “aparelho”, mas, ao descer

79 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 111.

80 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 41.

81 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 41.

82 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 41.

83 Nome que davam aos locais usados como apoio e esconderijos.

84 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 142.

do carro ele começou a gritar que não era bandido e bradou “palavras de ordem”, a exemplo de: “[...] ‘viva a ALN’ [...]. E tinha muita gente, juntou tanta gente, mas tanta gente [...]”⁸⁵. Diante da comoção e curiosidade das pessoas, resolveram retornar e o transportaram mais uma vez. Dessa feita, direto para o DOI-CODI, para o PAU-DE-ARARA E CHOQUES. Esse militante foi cirurgiado e logo depois da intervenção cirúrgica retomaram a prática do pau-de-arara. Ele continua:

*Nessas torturas é que aparece o Dr. André. [...] Ele disse: “Olhe, você vai explicar uma coisa aqui para nós, ou então morre. Você não é besta, você sabe como é que morre! Morre porque tentou fugir, morre porque entregou um companheiro e o companheiro matou, morre porque o carro pegou fogo, morre porque se enforcou” [...].*⁸⁶

Entre os que sofreram as mais abjetas torturas, um militante que entrevistamos foi dos últimos presos políticos a ser libertado da prisão ditatorial no Brasil. Após 7 anos da sua última prisão, deixou o presídio de Itamaracá (Ilha de Itamaracá, em Pernambuco), em 29 de dezembro de 1979. É ele quem nos fala, expressando um desejo de justiça: “Uma coisa que o Exército Brasileiro deveria ter feito, como autocrítica, era condenar nossos algozes, seus marginais travestidos de defensores da Pátria, e tê-los julgado. O Exército nunca teve essa coragem”⁸⁷. Entretanto, o desejo do militante não encontra ressonância no que foi o projeto dos militares brasileiros durante toda a vigência da ditadura militar. Sobre a anistia, por exemplo, Seligmann-Silva chama atenção, apropriadamente, para o fato de que o processo de anistia foi manipulado pelos próprios expoentes ditatoriais para impedir a justiça a quem fora vítima do sistema:

*Antes, os donos do poder pretenderam, então, diante da inexorável derrocada do regime e do avanço das forças democráticas – que teria como correlato imediato a volta dos exilados e libertação dos prisioneiros políticos –, decretar, de antemão, a sua própria impunidade.*⁸⁸

85 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 142.

86 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 143.

87 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 117.

88 SELIGMANN-SILVA, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. op. cit., p. 205.

Quem não se vinculou à luta armada seguiu fazendo movimento estudantil dentro da estreita faixa de ação que lhes permitia o governo ditatorial. Às vezes obrigadas(os) a mudarem de estado e até mesmo de país.

Depois de 69 teve um período em que não acontecia nada. Quando foi em 74 a gente teve contato com o PCR. Ai já começou uma militância partidária, adulta. Já tinha acontecido o assassinato de Manoel Lisboa e a direção do PCR estava toda na clandestinidade. [...] O PCR era um partido regional, do Nordeste, um desmembramento do Pcdob, que começou em Alagoas, crescendo com uma articulação Rio Grande do Norte-Paraíba-Pernambuco.⁸⁹

Em João Pessoa, muitas(os) foram expulsas(os) das escolas. O Colégio Lins Vasconcelos foi, por algum tempo, o reduto dos que foram banidos das escolas públicas da cidade, sobretudo do Liceu. Mas mesmo lá estiveram sobre a mira da polícia, eram tachadas(os) de terroristas e o diretor do Colégio Lins Vasconcelos foi convocado a expulsá-las(os), cobrado, inclusive, pelo seu próprio filho que era membro da TFP (Tradição, Família e Propriedade)⁹⁰. Alguns, entretanto, conseguiam terminar o científico, hoje ensino médio, e prestaram vestibular. Passar no vestibular não era, naquela época, a maior dificuldade das(os) estudantes. O difícil era conseguir autorização para se matricular na universidade, impedidas(os) de levarem a termo os cursos ou instadas(os) a assinarem documentos negando suas ideias.

Tinha de ir na secretaria de segurança, me indicaram o DOPS. [...] O Delegado desse DOPS disse: “Olha, eu lhe dou o atestado, desde que você [...] porque sua ficha aqui é muito grande, desde que você me traga uma certidão da IV Região Militar. [...] Eu fui ao Recife e consegui essa certidão [...] voltei, fui ao DOPS e procurei o mesmo delegado.”⁹¹

89 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 69.

90 Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, fundada no Brasil em 1960, aglutinava grupos conservadores ligados ao credo católico, com significativa participação em movimentos políticos e no apoio ao regime militar. Sobre a TFP muito se tem pesquisado e escrito. Coloco aqui uma entre tantas referências possíveis. Um artigo, da revista Locus, sob o título “Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995)”, por ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>. Acesso em: 27 fev. 2024.

91 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 89.

Na segunda metade da década de 1970, o movimento estudantil, sobretudo entre universitárias(os), contra a implantação dos “tickets” (que oneravam os preços das passagens de coletivos), contribuiu para aglutinar estudantes em torno da retomada do “[...] DCE da UFPB (em fins de 1976) que estava sendo dirigido por interventores nomeados. Proibido de participar das eleições passou a colaborar em cargos informais das diversas gestões e do processo de reorganização da UNE de 1978/79”.⁹²

Restava, ainda, os gestos de apoio aos que estavam nas prisões: “[...] Eu levava documentos, livros [...]. Retirava as capas dos livros e botava outra; passava. Os agentes de segurança não se davam ao trabalho de ler os livros. [...] capas de romance [...]. a gente botava numa bolsa bem transparente.”⁹³

Considerações finais

Enquanto escrevia este artigo, alguns militantes estudantis daquele período faleceram. Outros já eram falecidos quando iniciamos os trabalhos de entrevistas e algumas daquelas presenças dos movimentos não nos foi possível entrevistar.

Entre os que já eram falecidos, destaca-se uma das principais lideranças, citado em quase todos os relatos. Trata-se de Eduardo Ferreira Lima, conhecido por Batata. Dos relatos, um se destaca e o cito neste artigo por sua amplitude. Fala de Batata como liderança, como organizador das práticas de militância, convergindo com as(os) demais entrevistadas(os) e ampliando informações sobre os caminhos dele pós movimento estudantil.

E lá, anos depois, voltando de uma viagem ao Brasil, morreu no aeroporto, de um colapso fulminante. [...]. Foi na Finlândia ou foi... É o seguinte, vou contar a história dele. Batata foi exilado no Chile juntamente com um cara, de Areia, conhecido como “Pistola”. Do Chile fora para a Europa, salvo engano, foi à Finlândia. E lá Batata ... Batata era um cara que lia muito, era intelectual, mas só tinha o ginásio; aqui ele trabalhava no Raio X da Faculdade de Medicina, onde o tio dele era diretor na época. [...]. Era um intelectual, o Batata, e gostava muito

92 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 81.

93 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 107.

de economia; resultado: arrumaram para ele, quando ele fugiu para o Chile, uma documentação falsa de economista. Quando ele foi para a Europa, [...], tirou uma onda de economista e terminou professor de Economia em uma Universidade, com outro nome, totalmente. Ficou sendo professor universitário lá, como economista, na área de problemas brasileiros. [...]. Quando teve a Anistia, me lembro até de uma fotografia dele, na biblioteca da Universidade em que ensinava, de perna cruzada. [...], queria que ele voltasse para o Brasil, aí ele disse: “Vou voltar não. Aqui sou professor universitário, no Brasil vou ser operador de aparelho de Raio X”.⁹⁴

Outro militante, este ainda vivo, também ganhou destaque nas narrativas estudantis. Seu apelido é Help. Fazia parte da militância como liderança política, mas era para elas(es) uma referência do amor pela música. Help tocava na sua guitarra guarda-chuva. “[...] nas horas de descontração, cantava, em inglês perfeito, guitarra em punho, música dos Beatles. A guitarra, no caso, era um guarda-chuva [...] que não largava, mesmo em dia de sol claro”.⁹⁵

Do primeiro volume de entrevistas que publicamos não consta registros de mulheres, nos cobramos e fomos cobrados pela ausência das militantes. Tivemos dificuldades em encontrá-las, mas, finalmente, conseguimos localizar e entrevistar quatro militantes cujas narrativas nos permitiram ampliar as perspectivas sob as quais as trajetórias vivenciadas naquele período foram sentidas. Uma delas nos diz:

Para nós mulheres foi uma fase importante. Na rua enfrentávamos a polícia e em casa a reação da família. A maioria enfrentou o desafio e isso contribuiu para um amadurecimento político e pessoal. A situação delas foi marcante e corajosa [...]. A juventude dos anos 60 fez o que foi possível naquela conjuntura tão adversa.⁹⁶

Outra militante reforça quanto ao duplo controle. Eram três irmãs, a mais velha havia aderido ao movimento estudantil e consigo levou junto as irmãs

94 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 170-171.

95 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. I, p. 37.

96 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 52.

menores que findaram por iniciar a vida de militante ainda crianças. Na sua casa, o pai

Não permitia subversões. E desde muito cedo minha irmã tinha alguns embates internos com ele, em casa. Depois que ela começou a fazer movimento estudantil, ele proibiu terminantemente. O autoritarismo fazia parte da nossa relação familiar, porque a disciplina em casa também era militar. Minha irmã não estava só proibida de fazer movimento estudantil, mas ainda limitada em sua liberdade de mulher. A condição imposta para ela sair para qualquer canto era levar uma das irmãs, ou as duas. Mas a nossa irmã ia escondida para as reuniões do movimento estudantil. Então, o que acontecia, ao invés da nossa presença coibir a participação [...] ela levou a gente para o movimento.⁹⁷

Muito significativos foram os desdobramentos dessas publicações. A partir do lançamento do primeiro volume ocorreu uma forte interação entre as(os) militantes. A maioria não mantivera convivência após o período de militância, e essa reaproximação perdura até agora e vem estimulando debates, encontros e eventos públicos para discutir a atual situação política do Brasil. Encontros e eventos têm trazido a João Pessoa até mesmo quem mora em outros estados. Devo ainda relatar um caso curioso. Um militante não aceitou, e não houve argumento que o convencesse a conceder a entrevista, tampouco enviar um texto por escrito. Entretanto, tem sido presença constante em todos os encontros que vêm acontecendo impulsionados pelas entrevistas e pelas publicações e adquiriu vários volumes dos livros para distribuir em um esforço de divulgação.

A vontade de ver as reminiscências publicadas não se expressou apenas no aceite em conceder as entrevistas, mas, sobretudo, no empenho em ampliar a rede de contato. Foi comum ouvir: “*posso passar para vocês o contato de fulano e fulana*”, “*vocês já entrevistaram fulana e fulano? Têm que entrevistar*”. E a lista ia crescendo. Dois entre os entrevistados se envolveram em produzir as capas dos livros. Não conseguimos entrevistar muitas(os) das(os) militantes mencionadas(os).

Chamo atenção ainda para um aspecto relacionado à situação de clandestinidade. Militantes que não aderiram à luta armada estiveram por vários anos clandestinas(os), escondendo-se e temendo as garras da violência ditatorial, forçadas(os) pela perseguição, viram-se obrigadas(os) a se esconder. Alguns

97 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 56.

exemplos nos foram relatados, como o que segue. Um dia, um militar membro do governo marcou uma consulta com o dentista, pai de um militante estudantil, na época já fora da militância. Entretanto, a consulta fora apenas um pretexto. Grato pelo atendimento gratuito que recebera quando jovem, sentiu-se na obrigação de avisar àquele pai que seu filho corria perigo. Identificou-se e informou que havia ordens de sequestrar e matar. “[...] Papai, aflito, me contou a conversa (que, claro, tinha de ser tomada como alerta). Então eu procurei um conhecido nosso, de 68 [...]”.⁹⁸ O amigo, dono de uma empresa de ônibus, colocou a sua disposição um carro que sairia com destino ao Rio de Janeiro.

Quando foi no outro dia, de manhã bem cedo, parou um ônibus naquelas mangueirais em frente lá de casa e eu fui para o Rio de Janeiro. Naquela época muito me marcou uma música que era tida como alienada, de Roberto Carlos. “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”. Que ele fez para Caetano. Ainda me emociona muito. A gente era menino, criado solto [...] praia né, andar na rua [...] O sufoco da repressão pesava muito. Eu não estava podendo ficar em canto nenhum.”⁹⁹

Este artigo, assim como as entrevistas que fizemos e publicamos, contribui para a historiografia brasileira, sobretudo por focalizar especificidades da Paraíba, especialmente sua capital, a cidade de João Pessoa. Por muito tempo, e ainda agora, os trabalhos de pesquisa com maior visibilidade são aqueles que tratam das experiências do Sudeste brasileiro, ou parte do Sudeste, tratadas como história do Brasil, enquanto a maioria fica na obscuridade.

À esta análise, incorporo um relato da experiência constituída pelo contato com quem viveu o período da militância estudantil quando jovem, sedentos de liberdades e contidos por um regime autoritário. Sem dúvida, o processo de entrevistas e os contatos que se desdobraram a partir delas afetou-me emocionalmente. Conhecer a trajetória de militantes por meio da narrativa historiográfica, biográfica e/ou jornalística é impactante; muito mais é compartilhar com as(os) que foram sujeitas(os) daqueles momentos/acontecimentos.

98 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 37.

99 ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. 1968: o ano que ficou – memórias afetivas. op. cit., V. II, p. 38.

Referências

Fontes básicas

ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. *1968: o ano que ficou – memórias afetivas*. Vol. I. João Pessoa: Mídia Gráfica editora, 2017.

ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. *1968: o ano que ficou – memórias afetivas*. Vol. II. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Stato di eccezione*. Homo Sacer II, 1. Torino: IT, Bollati Boringhieri editore, 2014.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História Oral*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul./dez. 2012.

ANDERSON, John; FELIX, Tatiane. História do Liceu Paraibano. *Biblioteca Virtual*, [s. l.], 16 ago. 2012. Disponível em: <https://virtuabiblioteca.blogspot.com/2012/08/historia-do-lyceu-paraibano.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

AVELINO, Nildo; DIAS FERNANDES, Telma; MONTOLA, Ana (org.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: Capes, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. p. 41-61.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. *Esquerda.net*, Lisboa, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/o-golpe-de-1964-e-instaura%C3%A7%C3%A3o-do-regime-militar/31904>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

- CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964-1986). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de poder na Paraíba*. Vol. 4. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999. p. 111-137.
- FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, Niterói, v. 1, p. 19-30, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. *História Oral*, Niterói, v. 4, p. 25-38, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos modernos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. São Paulo: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- MATOS, Olgária. A Narrativa: metáfora e liberdade. *História Oral*, Niterói, v. 4, p. 9-24, 2001. Dossiê: Narrativas e narradores.
- MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Editora, 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. (Ensaio publicado pela primeira vez no Brasil pela revista *Artes & Ensaio* do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ).
- MONTOIA, Ana. Ditaduras: a expressão demoníaca do poder. In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (org.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: Capes, 2015. p. 317-349. (Coleção Contrassensos).
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O ano de 1968 no Estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela “luta armada”- trajetórias, história e memória. In NUNES, Paulo Giovanni Antonino et al. (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2016, 133-159.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As experiências da luta armada na Paraíba. In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (org.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: Capes, 2015. p. 29-50. (Coleção Contrassensos).

NUNES, Paulo Giovani Antonino. O ano de 1968 no estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela “Luta Armada”. Trajetórias, História e Memória. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2016. p.133-159.

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RAMOS JR., Dernalven Venâncio. Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em história oral. *História Oral*, Niterói, v. 22, n. 1, p. 359-372, jan./jun. 2019.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. *História Oral*, Niterói, v. 4, p. 73-83, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de poder na Paraíba*. Vol. 4. João pessoa: Editora da UFPB, 1999.

ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Recebido em 19 de dezembro de 2023
Aprovado em 25 de março de 2024